

# VISÃO DO CORREIO

## APA do Planalto Central

**O** decreto que institui a Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central é um avanço significativo para a preservação do meio ambiente no Distrito Federal. O texto, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, transfere à União o controle sobre 60% das terras do Distrito Federal e de mais uma porção territorial do estado de Goiás.

A regulamentação atende à premente necessidade de disciplinar o crescimento urbano na capital da República. A ausência de controle efetivo sobre a urbanização permitiu a explosão de condomínios. O surgimento de aglomerações desordenadas, com irregularidades fundiárias de todos os níveis, é uma espiral da desordem urbana que representa no futuro sério risco ambiental para a capital da República.

A situação merece ser analisada com lupa. Somente no ano passado, a Câmara Legislativa aprovou 125 condomínios. Menos da metade desses loteamentos tem estudos de impacto sobre o meio ambiente, segundo especialistas no assunto. A participação do Ibama na concessão de licenças ambientais para esses adensamentos urbanos discipli-

nam a urbanização de Brasília, metrópole onde o déficit habitacional se tornou questão de extrema importância.

Do ponto de vista ambiental, a criação da APA do Planalto Central aumenta as possibilidades de se estabelecerem políticas públicas a fim de preservar o bioma do Cerrado. Estudo divulgado pela Unesco no ano passado revelou que, após 45 anos de ocupação desde a construção de Brasília, o Cerrado perdeu 57% da área original.

A APA estabelece um conjunto de medidas em defesa do meio ambiente. Está previsto reforço para a Terracap, com a contratação de cem fiscais e doação de 20 helicópteros. O combate a crimes ambientais na APA será realizado pela Polícia Federal. São indicativos animadores. Mas serão inócuos se não tiverem o suporte de uma política norteadada pela responsabilidade social e ecológica.

A ação do governo federal é fundamental para sanar as distorções decorrentes do surgimento de cidades de forma açodada e sem planejamento. Mais: pode trazer mais seriedade à questão agrária no Distrito Federal. É a oportunidade de conter a sanha de políticos e líderes que se aproveitam da miséria dos sem-moradia para arremessar votos.